

Observatório de Saúde Mental, Direitos Humanos e Políticas Públicas/ LAPS/ ENSP/ FIOCRUZ

Levantamento inicial de Legislação sobre Direitos Humanos

ONU/SISTEMA GLOBAL

Declaração Universal dos Direitos Humanos/ 1948

<https://www.oas.org/dil/port/1948%20Declara%C3%A7%C3%A3o%20Universal%20dos%20Direitos%20Humanos.pdf>

Convenção para a Prevenção e Punição ao crime de genocídio/ 1948

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Atos/decretos/1952/D30822.html

Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados/ 1951

https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf

Pacto Internacional sobre Direitos Cíveis e Políticos (PIDCP)/1966a

<https://www.oas.org/dil/port/1966%20Pacto%20Internacional%20sobre%20Direitos%20Civis%20e%20Pol%C3%ADticos.pdf>

Protocolo Facultativo referente ao Pacto Internacional dos Direitos Cíveis e Políticos/ 1966

<http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/doc/pacto3.htm>

Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC)/1966b

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0591.htm

Protocolo sobre o Estatuto dos Refugiados/1967

https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BD_Legal/Instrumentos_Internacionais/Protocolo_de_1967.pdf

Convenção Internacional sobre a eliminação de todas as formas de discriminação racial/ 1968

<https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/convDiscrimina.pdf>

Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher/ CEDAW /1979

https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/03/convencao_cedaw.pdf

Convenção Internacional contra a tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes/ 1984

<http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/tortura/lex221.htm>

Segundo Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos visando à abolição da pena de morte/1989

<http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/pmorte/lex151.htm>

Convenção sobre os direitos da criança / 1989

https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/convdir_crianca.pdf

Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias/ 1990

<https://www.oas.org/dil/port/1990%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20Internacional%20sobre%20a%20Protec%C3%A7%C3%A3o%20dos%20Direitos%20de%20Todos%20os%20Trabalhadores%20Migrantes%20e%20suas%20Fam%C3%ADlias,%20a%20reolu%C3%A7%C3%A3o%2045-158%20de%2018%20de%20dezembro%20de%201990.pdf>

Princípios para a proteção de pessoas acometidas de transtorno mental e para a melhoria da assistência à saúde mental/ 1991

<http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/saude/smental.htm#:~:text=Todas%20as%20pessoas%20t%C3%AAm%20direito,dignidade%20inerente%20%C3%A0%20pessoa%20humana>

Estatuto de Roma sobre Tribunal Penal Internacional/1998

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4388.htm

Protocolo Facultativo à Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher/ OP-CEDAW/1999

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4316.htm

Protocolo Facultativo à Convenção sobre os direitos da criança referente à venda de crianças, à prostituição infantil e à pornografia infantil/2000

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5007.htm

Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança relativo ao envolvimento de crianças em conflitos armados/2000

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5006.htm

NAÇÕES UNIDAS. Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos.

Protocolo de Istambul: Manual para a investigação e documentação eficazes da tortura e outras penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes. Série de Formação Profissional n° 08. Genebra e Nova Iorque, 2001. 114 p.

http://www.dhnet.org.br/dados/manuais/a_pdf/manual_protocolo_istambul.pdf

Protocolo Facultativo à Convenção contra a tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes/2002

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6085.htm#:~:text=O%20objetivo%20do%20presente%20Protocolo,penas%20cru%C3%A9is%2C%20desumanos%20ou%20degradantes.

Convenção Internacional para a proteção de todas as pessoas contra o desaparecimento forçado/2006

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/D8767.htm

Convenção sobre os direitos da pessoa com deficiência/2007

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm

http://www.pcdlegal.com.br/convencaoonu/wp-content/themes/convencaoonu/downloads/ONU_Cartilha.pdf

Protocolo Facultativo à Convenção sobre os direitos da pessoa com deficiência/2007

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm

Declaração das Nações Unidas sobre os direitos dos povos indígenas/2006

https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Declaracao_das_Nacoes_Unidas_sobre_os_Direitos_dos_Povos_Indigenas.pdf

Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais/2008

https://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/documentos/instrumentos/protocolo_facultativo_ao_pacto_internacional_sobre_os_direitos_economicos.pdf

Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança relativo aos Procedimentos de Comunicação/2012

<https://crianca.mppr.mp.br/pagina-1187.html>

Agenda 2030

<https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>

OMS

Constituição da Organização Mundial da Saúde (OMS/WHO)/ 1946

<http://www.nepp-dh.ufrj.br/oms2.html>

Declaração de Caracas-Documento que marca as reformas na atenção à saúde mental nas Américas- OPAS/OMS/1990

https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/declaracao_caracas.pdf

SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS

Comissão Interamericana de Direitos Humanos

<http://www.oas.org/pt/cidh/>

Estatuto: https://www.oas.org/XXXIVGA/portug/reference_docs/Estatuto_CIDH.pdf

Regulamento: <http://www.cidh.org/basicos/portugues/u.regulamento.cidh.htm>

Corte Interamericana de Direitos Humanos

Estatuto: <https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/v.estatuto.corte.htm>

Regulamento:

<https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/viejos/w.regulamento.corte.htm>

Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem/1948

https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/b.declaracao_americana.htm

Convenção Americana sobre Direitos Humanos/ Pacto de São José da Costa Rica/1969

https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/c.convencao_americana.htm

Convenção Interamericana para prevenir e punir a tortura/1985

<http://www.oas.org/juridico/portuguese/treaties/a-51.htm>

Protocolo de São Salvador/ Protocolo Adicional À Convenção Americana sobre Direitos Humanos em matéria de direitos econômicos, sociais e culturais/1988

http://www.cidh.org/basicos/portugues/e.protocolo_de_san_salvador.htm

Protocolo à Convenção Americana sobre direitos humanos relativo à abolição da pena de morte/1990

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d2754.htm

Convenção Interamericana sobre o desaparecimento forçado de pessoas/1994

<http://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/k.desaparecimento.htm>

Convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher/1994

<http://www.oas.org/juridico/portuguese/treaties/a-61.htm>

Convenção Interamericana sobre tráfico internacional de menores/1994

<http://www.oas.org/juridico/portuguese/treaties/B-57.htm>

Lei nº 9.455/1997/Define os crimes de tortura e dá outras providências

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19455.htm

Convenção Interamericana sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra pessoas portadoras de deficiência/1999

<https://www.oas.org/juridico/portuguese/treaties/a-65.htm>

Convenção sobre a proteção e promoção da Diversidade das Expressões Culturais/2005

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6177.htm

Convenção Interamericana contra toda Forma de Discriminação e Intolerância/2013

https://www.oas.org/en/sla/dil/docs/inter_american_treaties_A_69_Convencao_Interamericana_discriminacao_intolerancia_POR.pdf

Lei nº 12.847/2013/Institui o Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura; cria o Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura e o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura; e dá outras providências

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112847.htm

Tratado de Marraquexe para facilitar o acesso às obras publicadas às pessoas cegas, com deficiência visual ou com outras dificuldades para aceder ao texto impresso Marraquexe/2013

<http://bibliotecas.dglab.gov.pt/pt/ServProf/Documentacao/Documents/Tratado%20de%20Marraquexe.pdf>

Lei 13.344/2016/Dispõe sobre prevenção e repressão ao tráfico interno e internacional de pessoas e sobre medidas de atenção às vítimas

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2016/lei/113344.htm

ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

Lei 8.069/1990/Estatuto da Criança e do Adolescente/ECA

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm

Lei nº 9.716/1992/Lei Estadual de Reforma Psiquiátrica no Rio Grande do Sul

http://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.ASP?Hid_Tipo=TEXTO&Hid_TodasNormas=15281&hTexto=&Hid_IDNorma=15281

Carta de direitos e deveres dos usuários e familiares dos serviços de saúde mental/1993

<https://drive.google.com/file/d/1ltCLJEIDjPU504AGzhoNH2wg2zHRrOlQ/view>

Lei nº 10.216/2001/Lei da Reforma Psiquiátrica

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110216.htm

Lei nº 10.708/2003/Institui o auxílio-reabilitação psicossocial para pacientes acometidos de transtornos mentais egressos de internações

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.708.htm

Lei nº 10.741/2003/ Estatuto do Idoso

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.741.htm

Lei 11340/2006/Lei Maria da Penha

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/111340.htm

Regras de Brasília sobre acesso à justiça das pessoas em condição de vulnerabilidade (100 regras de Brasília)/2008

<https://www.anadep.org.br/wtksite/100-Regras-de-Brasilia-versao-reduzida.pdf>

Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH-3/2009

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7037.htm4

Parecer sobre medidas de segurança e hospitais de custódia e tratamento psiquiátrico sob a perspectiva da lei n. 10.216/2001

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF PROCURADORIA FEDERAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO – PFDC-- Edição revista e corrigida -BRASÍLIA - DF 2011

<file:///E:/Parecer-sobre-Medidas-de-Seguran%C3%A7a-e-Hospitais-de-Custodia-e-Tratamento-Psiquiatrico-sob-a-perspectiva-da-Lei-N.-10.216-de-2001.pdf>

Lei nº 13.146/2015/Estatuto da Pessoa com Deficiência

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm

Resolução nº 8 de 14 de agosto de 2019. Dispõe sobre soluções preventivas de violação e garantidoras de direitos aos portadores de transtornos mentais e usuários problemáticos de álcool e outras drogas.

<https://www.gov.br/mdh/pt-br/acao-a-informacao/participacao-social/conselho-nacional-de-direitos-humanos-cndh/Resoluon8sademental.pdf>

Resolução Nº 414 de 02/09/2021

Estabelece diretrizes e quesitos periciais para a realização dos exames de corpo de delito nos casos em que haja indícios de prática de tortura e outros tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes, conforme os parâmetros do Protocolo de Istambul, e dá outras providências.

<https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/4105#:~:text=Estabelece%20diretrizes%20e%20quesitos%20periciais,Istambul%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs>

Lei nº 14.344, de 24 de maio de 2022/ Cria mecanismos para a prevenção e o enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente. Lei Henry Borel

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/lei/114344.htm

ATUALIDADES LEGISLATIVAS:

Comissão Interamericana De Direitos Humanos

“A CIDH outorga medidas cautelares em favor do indigenista Bruno Araújo Pereira e do jornalista Dom Phillips no Brasil” (11 de junho de 2022)

<http://www.oas.org/pt/CIDH/jsForm/?File=/pt/cidh/prensa/notas/2022/133.asp>

Comissão Interamericana De Direitos Humanos: Resolução 24/2022: Medidas cautelares No. 449-22. Bruno Araújo Pereira e Dom Phillips em relação ao Brasil- De acordo com a solicitação, desconhece-se o paradeiro ou destino dos propostos beneficiários desde 5 de junho de 2022.

http://www.oas.org/pt/cidh/decisiones/mc/2022/res_24-2022.%20mc-449-22-br%20otorgamiento%20directo_t.d_vf%20pt.pdf

Resolução Nº 487 de 15/02/2023

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ)

Institui a **Política Antimanicomial do Poder Judiciário** e estabelece procedimentos e diretrizes para implementar a Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência e a Lei n. 10.216/2001, no âmbito do **processo penal** e da **execução das medidas de segurança**.

<https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/4960>

<https://atos.cnj.jus.br/files/original2015232023022863fe60db44835.pdf>

Conselho Federal de Psicologia/ CFP

Relatório da Inspeção Nacional em Comunidades Terapêuticas - 2017 / Conselho Federal de Psicologia; Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura; Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão / Ministério Público Federal; – Brasília DF: CFP, 2018.

<file:///E:/2017-%20CFP-Relat%C3%B3rio-da-Inspe%C3%A7%C3%A3o-Nacional-em-Comunidades-Terap%C3%AAuticas.pdf>

CFP/ Resolução nº 13, de 15 de junho de 2022

Dispõe sobre diretrizes e deveres para o exercício da psicoterapia por psicóloga e por psicólogo. Do Sigilo Profissional

<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-13-de-15-de-junho-de-2022-408911936>

CFP/ Resolução nº 15, de 11 de julho de 2022-

Estabelece normas para atuação das psicólogas e psicólogos no Sistema Socioeducativo

<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-15-de-11-de-julho-de-2022-414772075>

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO-Publicado em: 28/07/2022 | Edição: 142 | Seção: 1 | Página: 151

Órgão: Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais/Conselho Federal de Psicologia

CFP/Resolução Nº 17, de 19 de julho de 2022

Dispõe acerca de parâmetros para práticas psicológicas em contextos de atenção básica, secundária e terciária de saúde.

<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-17-de-19-de-julho-de-2022-418333366>

Referências Técnicas para Atuação de Psicólogos(os) Junto aos Povos Indígenas

Conselho Federal de Psicologia (Brasil) Referências Técnicas para atuação de psicólogas(os) junto aos povos indígenas / Conselho Federal de Psicologia, Conselhos Regionais de Psicologia, Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas. — 1. ed. — Brasília : CFP, 2022. 224 p. ; 28 cm.

<https://site.cfp.org.br/publicacao/referencias-tecnicas-para-atuacao-de-psicologasos-junto-aos-povos-indigenas/>

https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2022/07/crepop_indigenas_web.pdf

CFP divulga orientações sobre a atuação profissional em relação à alienação parental - CFP | CFP

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA NOTA TÉCNICA Nº 4/2022/GTEC/CG PROCESSO Nº 576600003.000068/2022-53 INTERESSADO: MARINA DE POL PONIWAS NOTA TÉCNICA SOBRE OS IMPACTOS DA LEI Nº 12.318/2010 NA ATUAÇÃO DAS PSICÓLOGAS E DOS PSICÓLOGOS

Documento assinado eletronicamente por Ana Sandra Fernandes Arcoverde, Conselheira Presidente, em **01/09/2022**, às 16:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2022/08/SEI_CFP-0698871-Nota-Tecnica.pdf